



Extensão universitária e o processo de curricularização: percepções dos discentes no contexto da formação em saúde

Débora de Cerqueira Santana¹, Lenilda Austrilino²

Resumo: Considerando a importância da extensão na academia, o Plano Nacional de Educação estabelece que as atividades extensionistas devem compor, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para graduação, o que requer inúmeros reordenamentos pedagógicos e institucionais. O objetivo desta pesquisa foi analisar as percepções de discentes da área da Saúde de uma Instituição de Ensino Superior Pública Estadual de Alagoas sobre o processo de curricularização da Extensão Universitária. Estudo exploratório, de abordagem qualitativa, teve como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada com onze discentes que tinham, no mínimo, dois anos de experiência em projetos de Extensão da Universidade. Os dados foram analisados com a técnica de análise de conteúdo de Bardin, na modalidade temática. As categorias delineadas foram: curricularização da extensão na visão do discente; habilidades e competências desenvolvidas na extensão universitária; entraves e desafios da curricularização da extensão. Com base nessas categorias, inferimos que as discussões sobre o tema ainda são incipientes na realidade local, necessitando de maior esclarecimento de todos os atores que compõem a Universidade. Entretanto, isto também destaca a importância de a comunidade acadêmica construir, coletivamente, mecanismos que ampliem a valorização, o reconhecimento da extensão como dimensão formativa e a possibilidade de transformação pedagógica.

Palavras-chave: Ensino Superior; Aprendizagem experiencial; Currículo

University extension and the curricularization process: Perceptions of students in the context of health education

Abstract: Considering the importance of extension in academia, the National Education Plan establishes that extension activities must comprise at least 10% of the total curriculum credits required for graduation, necessitating numerous pedagogical and institutional reorganizations. The purpose of this research was to analyze the perceptions of students in the health area of a State Public Higher Education Institution in Alagoas about the curricularization process of the University Extension. An exploratory study with a qualitative approach was used as a data collection instrument for the semi-structured interview with eleven students with at least two years of experience in extension projects at the University. Data were analyzed using Bardin's Content Analysis technique, in thematic mode. The thematic categories outlined were: extension curricularization from the student's point of view; skills and competences developed in university extension; obstacles and challenges of extension curricularization. Based on these categories, we infer that discussions on this topic are still incipient in the local reality, requiring further clarification from all the actors that make up the University. However, this also highlights the importance of the academic community collectively building mechanisms that increase the appreciation, recognition of extension as a formative dimension, and the possibility of pedagogical transformation.

Keywords: University Education; Experiential learning; Curriculum

*Originais recebidos em
15 de junho de 2023*

*Aceito para publicação em
17 de novembro de 2023*

1

Terapeuta Ocupacional, Mestra em Ensino na Saúde (Universidade Federal de Alagoas), Maceió, Alagoas, Brasil.

(autora para correspondência)

Av. Dr. Milton Hênio Netto de Gouveia, 406, Condomínio Parque das Galés, bloco 03, ap. 110 - Antares, 57048-719. Maceió - AL, Brasil.

deborahsantana.to@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6389-6973>

2

Física, Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professora aposentada da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Maceió, Alagoas, Brasil.

lenildaaustrilino@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9305-3720>

Introdução

A Extensão Universitária surgiu, no contexto brasileiro, tardiamente, na primeira metade do século XX e foi só a partir dos anos 1950 e 1960 que despertou para o seu compromisso social, muito por influência dos movimentos sociais (Gadotti, 2017). A Reforma Universitária de 1968, Lei 5.540/68, em seu artigo 20, estabeleceu que “as universidades e as instituições de ensino superior (IES) estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes”. Nesse período, havia predomínio da concepção assistencialista, uma direção unilateral, ou seja, só da universidade para a sociedade.

Nos anos de 1980, devido à pressão popular em busca da volta de um Estado Democrático, a Extensão assume seu protagonismo mediante na perspectiva da Educação Popular. Em prosseguimento, com a abertura da política brasileira concomitante com a formação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), no final da década de 80, a Extensão passa a ser compreendida como a articulação entre a Universidade e a sociedade, estabelecendo o fenômeno da troca de saberes acadêmicos e populares.

Avanços importantes surgem com a Constituição de 1988 e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n.º 9.394 (1996), além do estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), em 2002, pelo Conselho Nacional de Educação.

Atualmente, o conceito de Extensão definido pelo FORPROEX, em debate amplo e aberto com as Universidades Públicas estabelece que a Extensão Universitária “é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade” (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras [Forproex], 2012).

A Extensão Universitária vai além das disciplinas, suas atividades devem manter uma estreita vinculação com o núcleo epistemológico do curso, tendo como referência o perfil profissional que se quer construir a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP). Especificamente no que diz respeito às atividades extensionistas, essas devem possibilitar ao estudante “refletir sobre as grandes questões da atualidade e, a partir da experiência e dos conhecimentos produzidos e acumulados, construir uma formação compromissada com a realidade da população brasileira e que contribua para a sua transformação” (Forproex, 2006).

Considerando a importância da extensão no meio acadêmico, o Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei nº 13.005/2014, em sua meta 12, estratégia 12.7, estabelece que as IES devem “assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária”. A obrigatoriedade da curricularização da extensão surge da necessidade de efetivação do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão (Forproex, 2017).

De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária (PNExU), a institucionalização da Extensão Universitária, nos níveis constitucional e legal, tem sido acompanhada por iniciativas para sua implantação e implementação. Por outro lado, ainda se faz necessário salientar a importância da Extensão para a transformação da prática e métodos acadêmicos, reconhecendo que as ações extensionistas representam renovação dos padrões conservadores e elitistas tradicionais e favorecem o cumprimento da missão da Universidade Pública (Forproex, 2012).

Del-Masso et al. (2017) destacam que os desafios atuais para o cumprimento do Plano Nacional de Educação referente à Extensão situam-se ainda no campo da superação de uma visão academicista da Universidade, para que ela consiga sair de seus muros, integrando, interdisciplinarmente, os saberes das comunidades. Nesse

contexto, a discussão da curricularização da Extensão é fundamental para o aprofundamento da temática numa visão mais dialética.

Considerando a Resolução CNE/CES N° 07/2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto no PNE (2014-2024), a IES Pública Estadual, cenário deste estudo, em consonância com a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e o Conselho Superior da Universidade (CONSU), iniciou a regulamentação das ações de extensão como componente curricular obrigatório nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Graduação em Saúde por meio da Resolução CONSU N°. 07/2019, implementando a curricularização através da Resolução CONSU N° 14/2022.

Apesar desse avanço institucional, vale destacar que o currículo é fruto de uma relação de poder, interesses e disputas entre sujeitos diversos, com concepções das mais variadas. A curricularização da Extensão traz em sua concepção que não é a IES que define a formação do aluno, mas as escolhas que este faz, pois a construção dos saberes necessários à vida profissional ocorre também fora da sala de aula (Carneiro et al., 2014).

Nesse contexto, surge o questionamento sobre os impactos que a curricularização da Extensão pode ocasionar no processo formativo dos discentes da área da Saúde. Compreende-se que a curricularização da extensão também necessita ser dialogada e entendida pelos discentes, tratando-se de incorporar sistematicamente ao processo de ensino a elaboração, o planejamento e a execução de atividades extensionistas que permitam concretizar ações transformadoras entre a IES e os outros setores da sociedade, ao mesmo tempo em que habilitam o estudante para lidar com as reais demandas da população (Lima, 2019).

Nessa perspectiva, reconhecendo que as Diretrizes Extensionistas são fundamentais para a formação em Saúde e para a superação das crises de hegemonia e de legitimidade da Universidade Pública, assim como considerando a necessidade de ampliar as discussões e contribuir para melhor compreender a temática em questão, essa pesquisa teve por objetivo geral analisar as percepções de discentes da área da saúde de uma IES Pública Estadual de Alagoas sobre o processo de curricularização da Extensão Universitária.

Metodologia

Trata-se de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa. Para Minayo (2017), a pesquisa qualitativa responde às questões muito particulares, preocupando-se com as singularidades e os significados do contexto pesquisado que não pode ser quantificado.

O estudo foi desenvolvido em uma Instituição de Ensino Superior (IES) Pública Estadual de Alagoas. Participaram da pesquisa discentes do 2º ao 6º ano dos cursos de bacharelado da área da Saúde que tinham, no mínimo, dois anos de atuação em pelo menos um Projeto de Extensão, de caráter interprofissional, regularmente cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da universidade. A coleta dos dados foi realizada entre março e maio de 2022.

Quinze discentes se adequaram aos critérios de inclusão estabelecidos, de acordo com informações relatadas pelos coordenadores dos Projetos de Extensão. Os discentes foram informados e convidados a participarem do estudo por contato telefônico e e-mail. As entrevistas foram realizadas através da Plataforma *Google Meet*, seguindo as orientações do Ofício Circular 002-2021/CNS, que trata da realização de pesquisas em ambiente virtual. Os entrevistados foram esclarecidos quanto aos objetivos e procedimentos do estudo, foi lido e assinado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE.

Para a produção dos dados foi utilizada a entrevista semiestruturada, guiada por um roteiro, contendo: dados de identificação (sexo, idade), curso e período de graduação profissional, Projeto de Extensão, tempo de atuação na Extensão e sete questões abertas. Dos quinze discentes convidados, onze aceitaram participar do

estudo. Em sua maioria, declararam ser do sexo feminino, a média de idade foi de 23 anos, com mínimo de 21 anos e máximo de 27 anos. Estavam cursando entre o 6º e o 10º período dos cursos de Fisioterapia, Enfermagem e Medicina, e o tempo médio de atuação nos Projetos de Extensão na IES estudada foi de três anos.

Os participantes deste estudo estavam vinculados aos seguintes projetos: Sorriso de Plantão, Uncisati, Fisioterapia hospitalar, Vigitecs, Capacitação de doadores de medula óssea, Medensina, Comunidade sem dor, Nasci prematuro, Resistir – políticas afirmativas, Doe vida, Comunidade sem dor. Estes adaptaram suas atividades, buscando estratégias para manter as ações de forma remota, seguindo as orientações sanitárias. Para resguardar a identificação dos participantes, foi utilizada a letra “E”, seguida de número cardinal, nas falas dos discentes entrevistados.

O referencial teórico metodológico que subsidiou a análise dos dados foi a técnica de Análise de Conteúdo, na modalidade temática, de acordo com Bardin (2011). Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra, sendo realizada a etapa de leitura flutuante. Depois, as falas foram codificadas e separadas por meio do processo de categorização. Esse processo de tratamento das falas permitiu a construção e interpretação dos resultados.

Todos os critérios éticos foram assumidos, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas e aprovado sob o nº CAEE 52827221.7.0000.5013.

Resultados e Discussão

Emergiram deste estudo três categorias temáticas: *curricularização da extensão na visão do discente; habilidades e competências desenvolvidas na extensão universitária; entraves e desafios da curricularização da extensão.*

Curricularização da extensão na visão do discente

O processo de Curricularização da Extensão busca potencializar o envolvimento discente nas atividades curriculares institucionais. Implantar a Extensão nos currículos significa afirmar que, em algum momento da trajetória acadêmica, o estudante necessita envolver-se com as atividades extensionistas relacionadas aos componentes curriculares. Por essa razão, engajar os discentes nesse processo, orientando sobre suas singularidades como parte integrante dos currículos dos cursos, e não apenas como uma atividade opcional ou complementar, é um papel da Universidade comprometida com a Extensão Universitária.

Nessa perspectiva, ao serem indagados sobre o conhecimento do processo de curricularização da extensão e a sua importância para formação em saúde, eles destacaram:

“Inserir a extensão no currículo, no projeto político pedagógico do curso, curricularizar significa promover que a extensão realmente faça parte da vida acadêmica **(E2)**

“Talvez não consiga explicar exatamente, mas entendo que a extensão necessita fazer parte do currículo acadêmico. A extensão faz o estudante ter contato direto com a comunidade, a gente consegue contribuir com os problemas reais da sociedade e aprender praticando.” **(E3)**

Diante dos conceitos relatados, é possível perceber que os discentes conheciam sobre o processo de curricularização da extensão, ainda que de forma incipiente. Para Lima (2019), as bases legais que fundamentam a curricularização da extensão preconizam a instauração de um processo que requer inúmeros reordenamentos pedagógicos e institucionais, em torno da formação profissional ofertada pelas IES, para que seja capaz de concretizar uma formação autônoma, dialógica, comprometida com a dignidade humana e com o desenvolvimento social. É necessário que a Universidade promova a problematização, a análise e a ação

sobre os dilemas sociais, fontes de pesquisa e de ensino, atentas a realidade social, envolvendo toda comunidade acadêmica.

A Extensão Universitária não pode ser entendida como um apêndice, de forma isolada, entre as funções da Universidade. Ela deve ser incluída como parte indissociável nas práticas pedagógicas de todos os currículos (Gadotti, 2017).

Dessa forma, gestores e docentes necessitam engajar-se em orientar os discentes e conduzi-los a um processo que significa ir além das exigências legais e administrativas da IES. Os discentes entrevistados expressaram que a regulamentação desse processo promoveu avanços quanto ao conhecimento do assunto, porém essa temática continua sendo pouco discutida, incentivada e praticada pela IES em questão, conforme apontado pelos entrevistados:

“Penso que a Extensão é muito importante para o currículo acadêmico, mas a gente só escuta falar disso pela universidade nos últimos anos, não é algo estimulado.” **(E1)**

“Não percebo engajamento por parte da universidade para falar da curricularização da extensão. Foi um assunto tratado por ser uma exigência, mas não pelo potencial da extensão.” **(E4)**

Para eles são muitos os dilemas inerentes ao processo de curricularizar a extensão, evidenciando ainda mais a distância entre o dito e a realidade, ou seja, mesmo sabendo que o princípio da indissociabilidade é parte discursiva dos PPCs de graduação das Universidades brasileiras, a realidade é outra, uma vez que a indissociabilidade, preceito constitucional, ainda não é praticada na formação de muitos discentes (Ribeiro et al. 2018).

Dalmolin e Vieira (2015) ressaltam que a curricularização da Extensão necessita ser discutida e problematizada buscando compreendê-la em um contexto mais amplo e complexo do que a simples inserção curricular, seja como disciplina, projeto ou programa. Ao contrário, sua inclusão dentro do formato curricular tradicional poderá ser apenas mais um apêndice a satisfazer algumas exigências legais, correndo o risco de destruir a potência que a Extensão pode ter em si, pela sua dialogicidade e capacidade de captar distintas realidades. Entretanto, os participantes enfatizaram a preocupação da Universidade quanto ao cumprimento da carga horária obrigatória destinada às atividades extensionistas:

“Assim que eu entrei na universidade, em 2019, foi quando teve a mudança referente à curricularização da extensão. Foi um impacto muito grande pra gente. Tivemos 4 sextas-feiras para explicar sobre a curricularização, só que como estava muito recente e muitas informações, não entendemos direito sobre o que se tratava. Penso que as próprias pessoas que estavam explicando não entendiam direito sobre o assunto. O foco era apenas a carga horária.” **(E8)**

Curricularizar a Extensão é ir além de cumprir 10% do total de créditos curriculares. Ela representa uma possibilidade de repensar as formas de ensino no contexto universitário, as relações interpessoais, a construção da cidadania de forma crítica, considerando que a Universidade não é uma Instituição à parte da sociedade, mas que possui uma capacidade ímpar no sentido de promover a reflexão crítica voltada às mudanças sociais (Pereira & Vitorini, 2019).

De acordo com Pereira e Vitorini (2019), outro ponto a destacar refere-se à organização e revisão dos PPCs, que não deve ser vista como aumento da carga horária do curso, mas como uma maneira de articular Ensino e Pesquisa às demandas da comunidade, à formação orientada pela interprofissionalidade e à flexibilidade curricular, observando a função social da Universidade e a qualidade do ensino ofertado.

Assim, é necessário aprofundar essas discussões por parte de toda comunidade acadêmica, estimulando o engajamento docente e incluindo os discentes como parte integrante e primordial nessa reconstrução. Para

Ribeiro et al. (2018), a curricularização da Extensão somente será efetivada através do diálogo, pela escuta dos principais protagonistas das ações extensionistas no âmbito da Universidade. As bases legais podem até legitimar, obrigar, fazer valer o que está preconizado no PNE, mas apenas o reconhecimento da importância e da natureza da Extensão, enquanto atividade viabilizadora do crescimento acadêmico e humano, poderá fazer da curricularização da extensão um benefício social.

Habilidades e competências desenvolvidas na extensão universitária

A Resolução Nº 569/2017 expressa pressupostos, princípios e diretrizes comuns para as DCNs dos Cursos de Graduação da área da Saúde. Em seu inciso II, destaca a responsabilidade social das IES com o seu entorno e o compromisso dos cursos da Saúde “em desenvolver habilidades e competências voltadas ao cuidado com a comunidade”. O inciso III salienta que as DCNs dos cursos de Graduação “devem valorizar a carga horária destinada às atividades práticas e de Extensão” e favorecer a “articulação entre as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão com a prestação de serviços de saúde, com base nas necessidades sociais e na capacidade de promover o desenvolvimento local/regional”.

De acordo com a PNExU (2012), as diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão que foram pactuadas no FORPROEX, são: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante; Impacto e Transformação Social.

Nessa perspectiva, durante a formação em Saúde, ao aceitar se esforçar fora do seu domínio próprio e da sua própria linguagem técnica para comprometer-se em um domínio de que não é o proprietário exclusivo, o estudante se depara com inúmeras potencialidades e desafios (Santana & Silva, 2020). Nesse contexto, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade foram descritas como uma das habilidades desenvolvidas e potencializadas através da Extensão Universitária:

“Eu acredito que a extensão me fez ter um olhar diferenciado das outras profissões, da visão interdisciplinar, que é algo que se fala muito na teoria, mas tem pouca prática com relação à assistência ao paciente e de interação com discentes de outros cursos”. **(E2)**

“Através da extensão, como estudante de Medicina, eu tive a oportunidade de praticar com discentes de outros cursos, de vivenciar a interdisciplinaridade que é algo ainda pouco vivenciado na Medicina. Na extensão eu posso dizer que aprendi a trabalhar em equipe”. **(E7)**

Assim, a interdisciplinaridade representa uma nova consciência da realidade, um novo pensar, que resulta em um ato de troca, de reciprocidade e integração entre áreas distintas de conhecimento, visando à produção de novos saberes e a resolução de problemas de modo global e abrangente (Peleias et al., 2011).

As atividades extensionistas são fundamentais para aliar o conhecimento teórico às práticas interdisciplinares durante a formação profissional em Saúde repercutindo tanto no nível teórico quanto na perspectiva da interprofissionalidade. Em relação a esse aspecto, os discentes destacam:

“Na extensão a gente discute a vivência de casos reais. A graduação não é apenas a sala de aula, é preciso abrir o olhar para as outras áreas para além do ensino. A extensão proporciona essa prática associada com a teoria”. **(E2)**

“O projeto de extensão que faço parte é interdisciplinar e foca na promoção de saúde, principalmente nas políticas afirmativas e nas minorias. Esse assunto é pouco discutido na sala de aula, a teoria não é suficiente e, com certeza, se hoje eu fosse atender e me deparasse com uma situação nesse sentido saberia melhor como lidar, pois aprendi na extensão, colocamos a teoria em prática”. **(E6)**

“A extensão proporciona a prática para além da sala de aula, a gente consegue associar com a teoria e nos impulsiona até a questionar mais, ter uma visão mais crítica da realidade”. **(E10)**

Para Ferreira e Silva (2021), a Extensão se apresenta como importante espaço de vivências para a formação de futuros profissionais, atuando na associação entre teoria e prática, além de oferecer oportunidades de experiências interdisciplinares, olhando para o outro com uma visão integrada, conforme previsto no Plano Nacional de Educação.

Conforme apontado pelos entrevistados, a Extensão tem grande amplitude para a formação acadêmica, pois abre possibilidades para a produção de um conhecimento criativo e inovador, oferece oportunidade na qual os envolvidos podem ser mais ativos que expectadores, além de terem acesso a experiências mais complexas, reflexivas e compreensivas diante das ações realizadas (Costa et al., 2013). A curricularização da Extensão não se dará sem uma metodologia de programas e projetos fundamentada numa teoria do conhecimento que supõe a interdisciplinaridade, a aprendizagem significativa e a autonomia.

Outras competências destacadas se referiram à capacidade de resolução de problemas, escuta ativa e capacidade de comunicação, que foram desenvolvidas através do contato com a comunidade e a realidade local:

“Faz a gente sair da zona de conforto para tentar modificar a realidade local e aprender com a comunidade. Adquiri muita maturidade, responsabilidade. Ter a capacidade de resolução dos problemas”. **(E3)**

“Na extensão eu aprendi a me comunicar melhor com a comunidade, me ajudou bastante na questão da abordagem com o outro, aprendi a ouvir e ter empatia quanto às dificuldades da comunidade, do que eles relatavam... é uma troca, aprendi muito com a comunidade”. **(E9)**

Molina et al. (2013) defendem que as práticas extensionistas são de extrema importância para que a Universidade cumpra seu papel de disseminar conhecimentos produzidos e que estes resultem em melhoria na qualidade de vida da sociedade. Os autores acrescentam que estas práticas favorecem o desenvolvimento integral do estudante, contribuem para formar profissionais conscientes, com senso crítico e cientes da realidade. Segundo Freire (1967), o papel da Educação não é apenas ensinar de forma literal, ou seja, reproduzir o que está contido nos livros. É preciso fazer com que os discentes se tornem críticos pensantes, questionadores, que sejam capazes de refletir e chegar as suas próprias conclusões mediante o conteúdo absorvido e vivências de mundo.

Nesse sentido, os participantes também ressaltaram outra diretriz extensionista como imprescindível para formação em Saúde e que proporciona o desenvolvimento de habilidades e competências de suma importância ao aprendizado acadêmico: a transformação social.

Em concordância com a PNExU (2012), a diretriz “transformação social” reafirma a Extensão como o mecanismo pelo qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e as necessidades da população, promovendo envolvimento da comunidade acadêmica diante da complexidade e diversidade da realidade social, impulsionando mudanças de comportamento nos discentes, conforme destacado pelos entrevistados:

“A gente vai com a ideia de que vamos levar algo novo pra comunidade e se surpreende como aprendemos também com ela. Penso que há uma transformação mútua. Uma troca mesmo”. **(E5)**

“Penso que uma das habilidades adquiridas seja a capacidade de transformação. Nós transformamos a comunidade e a comunidade nos transforma como discentes e futuros profissionais. Agimos como multiplicadores”. **(E8)**

Desse modo, infere-se que não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão. A própria Instituição, enquanto parte da sociedade, também deve sofrer impacto e ser transformada.

Corroborando com Landó (2017), a Extensão Universitária é o que permanente e sistematicamente convoca a Universidade para o aprofundamento de seu papel como Instituição engajada com a transformação social, que aproxima a produção e a transmissão de conhecimento de seus efetivos destinatários, cuidando de corrigir as interdições e bloqueios, que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências e das tecnologias.

Considera-se que, ao promover o desenvolvimento de habilidades e competências transformadoras, a Extensão Universitária, pela sua dialogicidade e participação ativa, favorece que os discentes façam sua própria “leitura de mundo” e conquistem conhecimento e autonomia para se tornarem indivíduos emancipados em condições de entenderem seu papel e atuarem nas diversas realidades.

Entraves e desafios do processo de curricularização da extensão

A Curricularização da Extensão traz uma série de desafios para as Universidades, tanto políticos como pedagógicos e de gestão. Para Tesche e Icasa (2022), apesar de que a Constituição Federal institui que as Universidades devem seguir ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a Extensão é a atividade menos praticada dentre elas, enfrentando desafios que têm gerado debates e propostas de políticas institucionais ao longo das últimas décadas.

Dentre os entraves que envolvem o processo de curricularização da extensão, os participantes destacaram a desvalorização institucional como aspecto relevante a ser discutido:

“Não há valorização. É até um dilema, pois nós somos cobrados para realizar extensão justamente pela obrigatoriedade da curricularização, mas não recebemos o suporte necessário, tanto pelos professores que, muitas vezes, só fornecem o carimbo, mas não participam das atividades, simplesmente quer que a gente faça acontecer, assim como pela Pró-Reitoria de Extensão”. **(E4)**

“Os discentes acabam ficando a frente de algo que não é da sua total responsabilidade. A extensão é tão rica, mas muitas vezes eu já me perguntei por que estava envolvida em determinado projeto... Não é valorizado e ainda ficamos com todo trabalho e sobrecarga muito grande. Penso que a extensão não é pra ser vivenciada dessa forma”. **(E5)**

De acordo com os entrevistados, infere-se que a Extensão deveria ser vista como uma das ações formadoras indissociáveis que compõem o tripé da Universidade, mas acaba sendo relegada a uma posição de inferioridade no espaço universitário. Ela não deveria ser vista apenas como uma regra a ser cumprida. É necessário, entre muitos aspectos, investimento em tecnologias da educação, formação de professores e colaboradores, aproximação da IES da comunidade e transformação da cultura da Universidade para que efetivamente as atividades extensionistas possam promover aprendizagem significativa para os discentes e para toda comunidade acadêmica.

Outro ponto destacado foi a falta de envolvimento docente nas atividades de extensão. A crítica referiu-se ao pouco estímulo e participação dos professores, que dificultavam e não valorizavam a participação em projetos de extensão e enfatizavam somente o ensino da grade curricular, esquecendo que a extensão, junto à pesquisa, integra o tripé da universidade:

“Tem projetos que tem uma maior adesão, visibilidade, engajamento mesmo. Talvez esses projetos dão mais certo por envolvimento do professor, coordenador ou algo do tipo, são poucos que se desenvolvem bem, a maioria dos professores não se engajam”. **(E3)**

“Penso que é necessário envolvimento dos professores, interesse mesmo para saber como funciona os projetos e as atividades, pois muitas vezes nós, os alunos, que orientamos alguns professores”.

(E8)

Ao discutirmos sobre o envolvimento docente nas atividades extensionistas intrinsecamente precisamos dialogar sobre formação de professores. De acordo com Cunha (2019), a atuação na Educação Superior inclui especificidades inerentes à docência universitária, com especial destaque para a pesquisa e a extensão. Tais peculiaridades assinalam os saberes múltiplos e interligados que essa profissão requer.

A docência superior inclui atividades, responsabilidades e relações que se realizam dentro e fora do espaço educacional, para além da regência de classe (Gemelli & Closs, 2022). É através da Extensão que o professor pode construir uma nova identidade, não a do sujeito que tem as respostas para certos problemas, mas a do sujeito capaz de considerar as suas vivências, de olhar para o estudante como um sujeito que também já tem as suas vivências, para transformar essas experiências em perguntas (Geraldí, 2010). A Extensão Universitária não está lastreada nas respostas, mas nas perguntas. Aprender a formulá-las é essencial diante da realidade da comunidade.

As falas dos entrevistados mostram que a Extensão Universitária é uma área pouco explorada pelos professores e que por desconhecimento ou por pouca experiência extensionista durante a formação, essa prática docente seja negligenciada:

“Penso que só quem fez extensão sabe da importância dela para formação. Enquanto os professores, a maioria tradicionalistas, que não conhecem a extensão, permanecerem com essa visão de puramente o ensino, sem práticas e aproximação com a comunidade, infelizmente, penso que a extensão não será valorizada. É algo de base, da formação”.

(E4)

Os discentes entrevistados afirmaram que as limitações e dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das atividades de seus projetos de extensão estavam relacionadas também ao pouco apoio da Universidade, no que se diz respeito à organização do cronograma de ensino, com relação à flexibilidade de horas destinadas para extensão, assim como organização dos materiais técnicos que orientem as práticas extensionistas na instituição:

“Preciso faltar aula para participar de atividades de alguns projetos que acontecem durante a semana e sei que isso não é o correto. Acredito que a extensão precisa fazer parte da vida acadêmica desde o primeiro ano e a coordenação do curso precisa oportunizar horários e projetos para isso acontecer”.

(E3)

“A universidade deveria organizar melhor a carga horária, no sentido de flexibilizar horas para a extensão. Muitas vezes, a gente tem que ficar até tarde da noite pra participar das reuniões e atividades da extensão. É preciso pensar em horas que incentivem a participação dos alunos e até dos professores também.”

(E6)

“Eu sinto que falta mais esclarecimento sobre o que é a extensão e falta de organização dos projetos, dos materiais técnicos também por parte da gestão”.

(E11)

Em face dos desafios da sociedade contemporânea, a Universidade deve ser capaz de desenvolver competências e disposições flexíveis para o trabalho, devendo o próprio sistema educacional tornar-se flexível e estar aberto a mudanças. Para Carneiro et al. (2014), o currículo deve buscar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assim como ser compreendido enquanto um sistema articulado que possibilite o aproveitamento de várias atividades acadêmicas para fins de integralização curricular.

Outro aspecto mencionado foi que a falta de recursos financeiros corrobora no que concerne à execução das atividades e à sustentabilidade dos projetos de Extensão Universitária:

“É preciso maior valorização e incentivo, até em questão financeira que também é muito importante. A maioria dos projetos são voluntários, a gente tem custo para se deslocar, para criar recursos e tudo isso influencia”. **(E1)**

“Outro desafio também é o apoio financeiro. Para a extensão a gente gasta com deslocamento, muitos discentes não têm acesso ao transporte público aos sábados, principalmente os intermunicipais. A gente gasta com material para produzir recursos, para desenvolver uma metodologia ativa, porque a gente quer fazer o melhor, se dedicar nas atividades para a comunidade e sem apoio tudo isso interfere. Pensar em bolsas ou apoio mesmo seria muito importante”. **(E3)**

As falas dos entrevistados explicitaram a desvalorização e o pouco investimento atribuído à Extensão. Silva e Rosa (2011) salientam que enquanto os docentes e discentes pesquisadores se ocupam de projetos de pesquisas e consequentes publicações como forma de atrair financiamentos, os extensionistas veem a extensão como uma atividade que conceitualmente se destina a inserir o estudante na realidade social, ao mesmo tempo em que abre um viés de acessibilidade do conhecimento científico à sociedade.

A Extensão Universitária ainda é vista como uma “terceira via” ou “filha pobre” dentro das Universidades brasileiras. Na IES estudada, o incentivo à pesquisa é realizado através de bolsas de iniciação científica, porém não há discussão sobre financiamentos para Extensão. Em concordância com Deus (2020), para a Extensão Universitária é importante fomentar programas e linhas de financiamento satisfatórias e de forma contínua, seja através da inserção na matriz orçamentária da IES, seja através do aumento dos aportes do Ministério da Educação (MEC), seja via inclusão na agenda das agências governamentais.

As Universidades devem inserir as atividades extensionistas na grade curricular de todos os cursos de Graduação e regulamentá-las como prática acadêmica. O potencial educativo e formativo da Extensão deve ser inserido de modo qualificado nos PPCs. Nesse sentido, é imprescindível a implementação de uma legislação que não apenas normalize suas ações, mas também seus financiamentos.

A partir dos entraves relatados, refletiu-se criticamente o compromisso da IES com o reconhecimento da função acadêmica exercida pela Extensão Universitária e a necessidade de potencializar seu caráter integrador da gestão, ensino e pesquisa a partir da sua efetiva curricularização.

Considerações finais

A pesquisa revelou que a curricularização da extensão trata das concepções que norteiam a formação profissional, que tipo de sujeito se quer formar e que práticas ou mudanças são necessárias para promover efetivamente essa transformação. Partindo do princípio que a Extensão Universitária é indissociável do Ensino e da Pesquisa, é preciso refletir sobre o lugar que a extensão tem tido no percurso acadêmico dos discentes de Graduação. A curricularização da Extensão deve revelar uma Universidade que dialoga com seu entorno, valoriza essa atividade na vida acadêmica de seus discentes e que não apenas faz parte da legislação vigente.

Em uma Universidade transformadora, responsável por uma formação crítica e plural, a Extensão se apresenta como uma inovação no processo educativo, por seu caráter privilegiado de interdisciplinaridade, de impacto social e da interação dialógica entre o conhecimento acadêmico e de outros setores da sociedade.

Diante dos entraves discutidos durante o processo de curricularização e que limitam a atuação dos discentes nos projetos de Extensão, é necessário que toda a comunidade acadêmica conheça e construa, coletivamente, mecanismos que ampliem a valorização e o reconhecimento da extensão como dimensão formativa e possibilidade de transformação pedagógica, cumprindo, assim, o princípio constitucional da indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Contribuição de cada autor

D.C.S. contribuiu na concepção do trabalho, na produção dos dados, análise e interpretação dos resultados e elaboração do artigo até a sua versão final. L.A. contribuiu na concepção do trabalho, orientação, análise e interpretação dos resultados, revisão crítica do artigo e aprovação final da versão a ser publicada.

Referências

- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Carneiro, P. C. O., Collado, D. M. S., & Oliveira, N.F.C. (2014). Extensão universitária e flexibilização curricular na UFMG. *Interfaces – Revista de Extensão*, 2(3), 4-26.
- Costa, A., Baiotto, C. R., & Garces, S. B. B. (2013). Aprendizagem: O olhar da extensão. In L. Síveres (Org.), *A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem*. (pp. 71-80). Brasília: Liber Livro.
- Cunha, M. I. (2019). A formação docente na universidade e a resignificação do senso comum. *Educar em Revista*, 35(75), 121-133. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.67029>
- Dalmolin, B. M., & Vieira, A. J. H. (2015). Curricularização da extensão: Potências e desafios no contexto da gestão acadêmica. *Anais do Congresso Nacional de Educação*, 12. Paraná. Recuperado de https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159_9517.pdf
- Del-Masso, M. C. S., Roveda, J. A. F., Zuanon, A. C. C., & Galhardo, E. (2017). Interdisciplinaridade em Extensão Universitária. *Revista Ciência em Extensão*, 13(3), 2-12.
- Deus, S. F. B. (2020). *Extensão Universitária: Trajetórias e desafios*. Santa Maria: Editora PRE-UFSM. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/216079>
- Ferreira, C. R., & Silva, I. S. (2021). Em foco TV: A extensão universitária e seu impacto na aprendizagem. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 12(3), 421-431. <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2021v12n3.11625>
- Fórum De Pró-Reitores de Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - Forproex (2006). *Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular: uma visão da Extensão*. Porto Alegre: UFRGS.
- Fórum de Pró-Reitores de Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - Forproex. (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: Forproex.
- Fórum De Pró-Reitores de Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - Forproex (2017). *Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU)*. Campina Grande: EDUFCEG.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (2003). *Educação e atualidade brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora; Instituto Paulo Freire.
- Gadotti, M. (2017). *Extensão Universitária: Para quê?* Instituto Paulo Freire. Recuperado de https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o%20Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf
- Gemelli, C. L., & Closs, L. Q. (2022). Trabalho docente no ensino superior: Análise da produção científica publicada no Brasil (2010-2019). *Revista Educação e Sociedade*, 43, e246522. <https://doi.org/10.1590/ES.246522>
- Geraldi, J. W. (2010). *A aula como acontecimento*. São Carlos: Pedro & João Editores. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18951>
- Landó, W. C. L. (2017). A extensão universitária como alicerce para a transformação social na área da diversidade: Uma análise das contribuições das atividades da Universidade Estadual de Goiás. *Anais do Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar*, 2. Centro Universitário de Mineiros: Unifimes.
- Lima, T. C. S. de (2019). Extensão universitária no currículo de graduação em serviço social. *Revista Extensão em Debate*, 6(5), 34-53.
- Lima, T. C. S. de, & Nascimento, S. M. (2019). Programa de extensão curricular da faculdade de Serviço Social. *Revista Extensão em Debate*, 6(5), 64-74.
-

- Lopes, A. C. (2004). Políticas curriculares: Continuidade ou mudança de rumos? *Revista Brasileira de Educação*, 26, 109-118.
- Minayo, M. C. S. (2017). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 29 ed. Petrópolis: Vozes.
- Molina, R., Brito, R. P., Almeida, C. P., & Dias, P. A. (2013). Extensão universitária e formação profissional: A expressão de discentes universitários. In L. Síveres (Org.). *A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem*. (pp. 245-259). Brasília: Liber Livro.
- Peleias, I. R. Mendonça, J. D. F., Slomski, V. G., & Fazenda, I. C. A. (2011). Interdisciplinaridade no ensino superior: Análise da percepção de professores de controladoria em cursos de ciências contábeis na cidade de São Paulo. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, 16(3), 499-532.
- Pereira, N. F. F., & Vitorini, R. A. S. (2019). Curricularização da extensão: Desafio da educação superior. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, 7(1), 19-29.
- Ribeiro, M.R.F., Mendes, F.F.F., & Silva, E.M. (2018). Curricularização da extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada. *Revista Conexão UEPG*, 14(3), 334-342. <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.14.i3.0004>
- Santana, D. C., & Silva, M. R. (2020). A percepção de discentes da área da saúde sobre o trabalho interdisciplinar: Experiência no projeto de extensão Sorriso de Plantão. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 11(1), 13-24. <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2020v11i1.10753>
- Silva, R. F., & Rosa, M. M. C. S. (2011). Extensão universitária no currículo das licenciaturas: inovação e relação de sentido. *Revista Olhar de Professor*, 14(2), 371-380. <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.14i2.0010>
- Tesche, D., & Icasa, A. M. S. (2022). Extensão universitária: Os desafios da curricularização no curso de Administração Pública e Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Revista Extensão*, 21(1), 41-53.

Como citar este artigo:

Santana, D. C., & Austrilino, L. (2024). Extensão universitária e o processo de curricularização: Percepções dos discentes no contexto da formação em saúde. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 15(2), 191-202.
